

CELESC

À MERCÊ DA ANGRA?

Interferência na Gestão da Celesc começa com a não eleição da Diretoria em reunião do Conselho de Administração

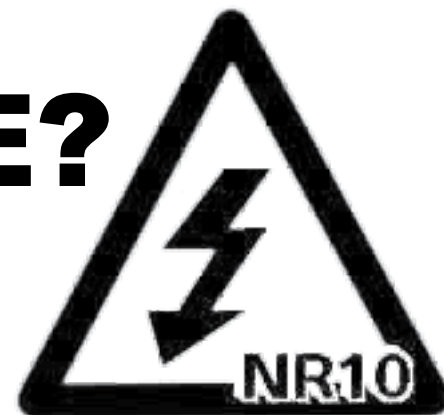
PG. 2



DE QUEM É A RESPONSABILIDADE?

Intersul recebe denúncias de descumprimento de NR 10 pela Eletrosul

PG. 3



PRIVATIZAÇÃO DA AES DEIXA SOCIEDADE SEM ATENDIMENTO

PG. 2-3



O VEREDITO DO POVO GREGO

PG. 3

ENCERRADAS INSCRIÇÕES PARA ELEIÇÃO DO CA DA CELESC

PG. 3



À MERCÊ DA ANGRA?

Interferência na Gestão da Celesc começa com a não eleição da Diretoria na reunião do Conselho

O grupo Angra Partners, responsável pela gestão das ações que a PREVI detém da Celesc, começou a dar sinais de como será sua participação no Conselho de Administração. Os "terceirizados da PREVI" participaram da primeira reunião do Conselho deste ano, realizada em 15 de janeiro, e conseguiram travar o andamento da empresa.

A manifestação da Angra pela retirada de pauta da eleição da diretoria é vista sob vários aspectos, e nenhum deles é bom para os trabalhadores, para a Celesc ou para a sociedade catarinense.

Ao não eleger a diretoria, o Conselho de Administração, cedendo às pressões dos minoritários, põe a Celesc em um estado de suspensão. Afinal de contas, as mudanças no corpo diretivo da empresa já foram amplamente divulgadas. A diretoria de gestão, por exemplo, terá a saída de Andre Bazzo, que já foi inclusive nomeado pelo Governador para a Junta Comercial do Estado.

Este estado de suspensão prejudica o andamento da empresa. Afinal de contas, se ninguém está garantido, quem irá tomar decisões de impacto, quem irá fazer planejamentos? Para os trabalhadores, a incerteza dentro da diretoria também é prejudicial. Temos hoje uma série de questões pendentes para resolver. Só do Acordo Coletivo de Trabalho 2014/15 falta a diretoria apresentar aos sindicatos a proposta para a implementação

do Vale Cultura e do Incentivo à Práticas Esportivas Amadoras e, mais importante, instituir o Grupo de Trabalho que debaterá o Plano de Cargos e Salários dos trabalhadores da Celesc. Ainda temos assuntos pendentes da Comissão de Recursos Humanos, como os recursos administrativos da progressão por mérito do PCS. O RH da empresa precisa de uma direção dada exatamente pela Diretoria. E agora?

As indefinições, no entanto, não atingem apenas a Diretoria de Gestão. Afinal, com a provável chegada de Nelson Santiago, a relação entre trabalhadores e empresa já será uma incógnita. Mas e as demais diretorias que também não foram referendadas?

A Diretoria Técnica, por exemplo, responsável pela rede de distribuição da Celesc, em tempos de temporais e quedas de energia. Terá autonomia para tomar as medidas necessárias para atender a população? E o presidente da empresa? Terá credibilidade para conduzir a maior empresa pública do estado?

O fato é que mesmo em pouco tempo já sabemos o que esperar da Angra. É o mesmo que esperávamos da Previ: ataques aos direitos dos trabalhadores, tentativas de privatização, defesa da terceirização, maiores lucros e piora na qualidade do serviço prestado à população catarinense.

Mas onde está o Governo nisso tudo? Afinal de contas, quem é acionista majoritário não pode ficar a mercê dos minoritários. Quem vem insistente dizendo que quer a Celesc Pública, como vem fazendo o Governador Raimundo Colombo e o presidente da empresa, Cleverton Siewert tem que assumir a responsabilidade de manter a empresa funcionando. Uma indefinição destas não pode tomar corpo, sob pena de prejudicar a sociedade catarinense.

É bastante óbvio que esta situação não pode se estender. Apesar de não concordarmos com as indicações políticas para as diretorias da empresa, pois sempre defendemos que dentro do corpo funcional próprio temos trabalhadores capacitados para exercer a função, não podemos ficar com diretores sem poderes.

Esta primeira interferência da ANGRA/PREVI é mostra dos problemas que teremos dentro do conselho de Administração. 2015 será um ano de intensas mobilizações e apenas a união da categoria e uma representação ativa e forte poderá espantar a interferência de quem apenas busca o lucro.

Os sindicatos que compõem a Intercel conclamam aos trabalhadores que fiquem atentos e mobilizados, pois o primeiro embate de 2015 pode estar mais próximo do que imaginamos.

A QUEM CABE A RESPONSABILIDADE?

Intersul recebe denúncias de descumprimento de NR10 pela Eletrosul

No do ano de 2014, a Justiça do Trabalho proclamou o Acordo Judicial em face da ação civil pública envolvendo o Ministério Público do Trabalho e a Eletrosul. O Acordo Judicial além das questões relativas ao Turno de Revezamento, também reforçou a obrigatoriedade do cumprimento da Norma Regulamentadora NR10 pela Eletrosul. O acordo foi proposto pela própria empresa e divulgado para os trabalhadores de todas as subestações pela APOUS e pelos sindicatos que compõem a Intersul, tendo sido aprovado pela maioria esmagadora nas assembleias.

Pelo acordo firmado, a Eletrosul está obrigada a garantir o trabalho em dupla, em cumprimento da NR10, não permitindo que somente um trabalhador acesse e realize trabalhos junto ao SEP (Sistema Elétrico de Potência), de forma

isolada. Apesar disto, as entidades representativas dos trabalhadores tem recebido sistematicamente denúncias feitas pelos empregados, de

"As entidades representativas dos trabalhadores tem recebido sistematicamente denúncias feitas pelos empregados, de que a Eletrosul vem descumprindo solenemente o acordo, na questão do trabalho em dupla"

que a Eletrosul vem descumprindo solenemente o acordo, na questão do trabalho em dupla. Os sindicatos da Intersul, reafirmam a orientação aos trabalhadores de que os mesmos estão amparados pelo direito de recusa, podendo

rejeitar a execução de atividades propostas em desacordo com as normas regulamentadoras, como a NR10.

Os sindicatos alertam à Gestão da Eletrosul que cabe ao corpo gerencial da empresa, coibir e não permitir que os serviços sejam feitos senão em consonância com as Normas Regulamentares. Além disso, o próprio acordo firmado prevê sanções e pesadas multas pelo seu descumprimento. Aos sindicatos, cabe receber e dar encaminhamento as denúncias de descumprimento das normas. Neste sentido, as entidades sindicais estão apurando as denúncias dos trabalhadores e não se furarão a informar ao Ministério Público, e a própria Justiça do Trabalho, caso sejam constatados descumprimentos das Normas Regulamentares e do próprio acordo firmado na Justiça recentemente.

SETOR ELÉTRICO

PRIVATIZAÇÃO DA AES DIMINUE ATENDIMENTO

Secretário de Energia do Estado de São Paulo afirma que empresa não tem trabalhadores suficientes para atender a população

A privatização das empresas do Setor Elétrico brasileiro atingiu grande parte do país. Hoje apenas 5 empresas são públicas, sendo que 2 dessas foram incorporadas pela Eletrobras após quebrarem nas mãos de investidores privados. O "modus operandi" de reduzir condições de trabalho, benefícios e quantitativo de trabalhadores para maximizar os lucros atingiu em cheio a população paulista.

Na semana passada o Secretário de Energia do Estado de São Paulo, João Carlos de Souza Meireles, criticou a empresa após aproximadamente 800 mil consumidores ficarem sem energia elétrica após fortes chuvas. Para o Secretário de Energia, a culpa é a redução do número de trabalhadores na empresa. Segundo informações da Secretaria, a AES precisou pedir ajuda para outras duas distribuidoras (CPFL e a Bandeirante) para atender a população paulista. O Secretário disse ainda que o número de equipes diminuiu no atual período de chuvas em comparação com o verão 2013/2014. Além das críticas aos serviços na rede de distribuição, o Secretário afirma que "o call center é falho e que os usuários precisam, por exemplo, relatar seu CPF para serem atendidos, mesmo durante a noite e em momentos em que não conseguem ler porque não têm energia elétrica em casa".

O PROCON paulista aplicou recentemente multa à AES no valor de R\$ 3,7 milhões pela demora no reestabelecimento de energia após queda no Hospital Municipal Amador Aguiar, em Osasco, Grande São Paulo.

Privatização e qualidade

Ironicamente, a Eletropaulo foi privatizada e transformada em AES em 1999, pelo mesmo grupo político que hoje governa São Paulo e critica o trabalho da empresa. A falta de investimento e os lucros absurdos demonstram que a venda das empresas, tão defendida é prejudicial não só aos trabalhadores, mas à sociedade. O argumento de que haveria um grande investimento por parte dos grupos privados e melhora no atendimento, caiu por terra e hoje, a população sofre com a gestão que apenas busca o lucro.

CELESC

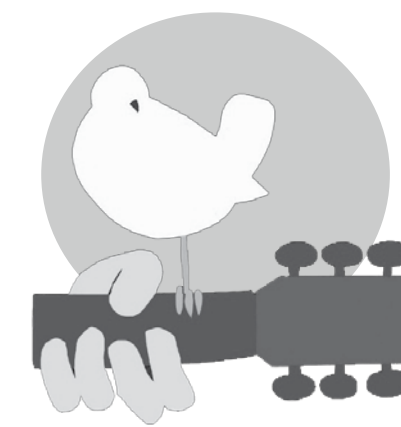
ENCERRADAS AS INSCRIÇÕES PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

As inscrições de candidatura para a eleição para Representante dos empregados no Conselho de Administração da Celesc foram encerradas ontem, dia 28. A divulgação dos candidatos será no dia 05/02, e a homologação no dia 09/02.

Os trabalhadores da Celesc elegerão seu representante no Conselho de Administração nos dias 19 e 20 de março. Dando sequência ao trabalho de ocupação de espaços representativos, defesa da Celesc Pública e dos direitos dos trabalhadores, os sindicatos da Intercel também apoiarão um candidato.

SINERGIA

SINERGIA COMEÇA PESQUISA SOBRE ATIVIDADES CULTURAIS



Com objetivo de fazer um levantamento sobre as práticas de cultura e lazer dos eletricitários(as), o Sinergia está realizando uma pesquisa sobre o assunto, que será encaminhada por email a todos trabalhadores da sua base.

O resultado do levantamento norteará o planejamento das atividades do Sindicato, lembrando que o Sinergia há mais de 20 anos desenvolve ações culturais para a categoria.

Intercel

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC
 Jornalista responsável: Paulo G. Horn (SRTE/SC 3489) | Conselho Editorial: Davi Coelho
 Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89206-000 | (047) 3028-2161 | E-mail: sindsc@terra.com.br
 As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

ENTREVISTA

"O governo não pode ficar esperando a boa vontade da Angra"



Representante dos empregados no Conselho de Administração, Jair Maurino Fonseca, comenta a interferência e os problemas causados pelos Acionistas Minoritários na Gestão da Celesc

Linha Viva: O senhor comentou no Boletim do Conselheiro nº 64 que nenhum profissional de mercado vêm para a Celesc sem visar o lucro. O que devemos esperar da Angra?

Jair Fonseca: É muito claro que eles estão na Celesc para ter lucro. E isso quer dizer interferir na gestão da empresa. Na última reunião do Conselho já travaram a eleição da Diretoria, botando a Celesc em uma situação temerária. Tudo fica parado. Quem vai assumir compromissos se não sabe nem se ficará no cargo? Já basta as indefinições do próprio governo na DGC, agora com todos os diretores sob a mira da Angra a empresa pode parar, prejudicando trabalhadores e sociedade.

Linha Viva: E qual o papel do Governo do Estado nesta situação? Qual deve ser sua postura frente a Angra?

Jair Fonseca: O governo é responsável por manter a Celesc funcionando. Não pode ficar esperando a boa vontade da Angra. Essa situação tem que ser resolvida com a maior urgência. Na última reunião do Conselho os diretores fizeram uma apresentação de suas atribuições, o que é normal, já que haviam 6 novos conselheiros. O que não é normal é a forma com que a Diretoria se portou, como se precisasse se justificar para quem nada fez pela empresa.

Linha Viva: Como fica a situação da diretoria em quanto o CA não elege/reconduz a diretoria?

JF: O estatuto da empresa garante que, em quanto não for eleita a nova diretoria, os atuais diretores permanecem nos cargos. Agora, o que sobrou é que ainda existe, mesmo contra a nossa vontade, a interferência política na indicação dos diretores. Mesmo garantidos estatutariamente, precisa haver definição para que os mesmos se sintam confortáveis e com autonomia para a tomada de decisão. Ou alguém acredita que algum diretor ousaria afrontar qualquer um dos seguimentos do CA, sabendo que precisarão do voto dos conselheiros para ficar na empresa? Essa situação ainda se agrava, já que estatutariamente são necessários 9 votos dos 13, onde o governo tem apenas 7.

Linha Viva: O que a representação dos trabalhadores no CA e até mesmo os trabalhadores podem fazer, para que esta situação se resolva, já que você afirma ser prejudicial à gestão da empresa a não eleição da diretoria?

Jair Fonseca: Entendo que devemos nos movimentar para exigir que o governo do estado tome a decisão o mais breve possível. A próxima reunião ordinária do CA será no dia 26 de fevereiro, portanto uma data a ser observada pelos trabalhadores. A Celesc, pela sua importância no contexto estadual, não pode ficar a mercê da vontade de um seguimento, que tenta a todo custo a privatização da Celesc, para recuperar perdas com as debêntures da Invesc, que o Governo não pagou. A dívida existe, mas não é da Celesc é do estado, portanto que tem que pagar é o estado e não os trabalhadores da Celesc e sociedade catarinense. Por isso, os trabalhadores tem que exigir do governo serenidade com o tratamento à Celesc, e a diretoria tem que ter mandato firme e autonomia para poder gerir.

"Entendo que devemos nos movimentar para exigir que o governo do estado tome a decisão o mais breve possível. A próxima reunião do CA será no dia 26 de fevereiro, portanto uma data a ser observada pelos trabalhadores. A Celesc não pode ficar a mercê da vontade de um seguimento, que tenta a todo custo a privatização da Celesc"

"O veredito do povo grego significa o fim da troika"

"É um sinal importante para uma Europa em mudança", disse Tsipras perante milhares de pessoas que se juntaram na praça em frente da Universidade de Atenas.

"O veredito do povo grego significa o fim da troika, a estrutura de supervisão da economia da Grécia constituída pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional que desde 2010 avalia as medidas de austeridade impostas a troco de empréstimos de 240 mil milhões de euros.

Tsipras, 40 anos, afirmou que "o povo deu um mandato claro" ao Syriza, "depois de cinco anos de humilhação" e assegurou que vai negociar com os credores uma "nova solução viável" para a Grécia.

O partido anti-austeridade Syriza obteve uma clara vitória nas eleições gerais deste domingo na Grécia com 35,9% dos votos, quando estão contados 50% dos boletins.

Os conservadores da Nova Democracia, atualmente no poder, obtém apenas 28,3%, o que corresponde a 78 deputados, o terceiro partido mais votado é o neonazi Aurora Dourada, com 6,4% e 17 deputados. O To Potami (Rio) obtém 5,9% e 16 deputados, o KKE (PC grego) 5,45% e 16 deputados, o PASOK (PS grego) 4,76% e 13 deputados e os Gregos Independentes 4,7% e 13 deputados.



"O veredito do povo grego significa o fim da troika, a estrutura de supervisão da economia da Grécia constituída pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional que desde 2010 avalia as medidas de austeridade impostas a troco de empréstimos de 240 mil milhões de euros.

